



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0932/12	DATA: 26/06/2012
INÍCIO: 14h54min	TÉRMINO: 16h46min	DURAÇÃO: 01h52min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h52min	PÁGINAS: 37	QUARTOS: 23

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE – Coordenadora da Comissão de Justiça e Paz, do Regional 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB.

SUMÁRIO: Oitiva sobre a exploração sexual de crianças e de adolescentes. Apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Declaro aberta a presente reunião de audiência pública.

Tendo em vista a distribuição da cópia das atas da 10ª e da 11ª reunião a todos os membros desta CPI, indago sobre a necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Peço dispensa, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dispensada a leitura das atas, a pedido do Deputado Jean Wyllys.

Em discussão as atas. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-las, passemos à votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas foram aprovadas.

Nós estamos distribuindo às Deputadas e aos Deputados a síntese das correspondências recebidas na Comissão. Os originais encontram-se à disposição para consulta na Secretaria da CPI.

Eu quero informar que foi designada a Procuradora da República Dra. Luciana Loureiro Oliveira para auxiliar os trabalhos desta CPI. Quero agradecer imensamente a possibilidade de contar com Dra. Luciana.

Justifico a ausência do Deputado Arnaldo Jordy na reunião realizada no último dia 12 de junho, à qual S.Exa. não esteve presente por motivos relevantes. Estamos, portanto, considerando justificada a sua ausência.

Informo ainda que a CPI estará realizando audiências públicas e diligências na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, nos próximos dias 9 e 10 de julho.

Portanto, eu gostaria de solicitar aos Parlamentares e às Parlamentares que desejam participar dessa diligência em Fortaleza, nos dias 9 e 10 de julho, que se comuniquem com a Secretaria desta CPI.

Eu gostaria de registrar a presença das alunas Mirela Lovato da Silva, Karolina da Conceição Farias Diniz, Lívia Teixeira Xavier e Benita Bacher de David, que fazem parte, no UniCEUB, de um projeto de extensão coordenado pelo Observatório Direito e Políticas Públicas, com a Promotora Selma Sauerbronn, que inclusive é cidadã benemerita de Brasília pelos trabalhos absolutamente relevantes que desenvolve em nossa cidade em defesa das crianças e dos adolescentes. Brasília agradece a possibilidade de ter uma Promotora da qualidade da Dra. Selma,



que agora está com esse projeto de extensão, o Projeto Viravida, que conta com a participação de 48 alunas e alunos do curso de Direito do UniCEUB.

Sejam bem-vindas.

Nós estamos absolutamente contentes com a participação de vocês, que nos auxiliarão, sobremaneira, na condução dos trabalhos desta CPI.

Portanto, é um prazer contar com representantes da turma de extensão do Projeto Viravida, do UniCEUB, coordenado pela Dra. Selma Sauerbronn.

Nós vamos ter dois pontos nesta reunião de hoje: vamos analisar e deliberar sobre os requerimentos que chegaram à mesa. Então, ela tem um caráter deliberativo. Mas, antes disso, nós teremos o prazer escutar a Irmã Marie Henriqueta Ferreira Cavalcante, Coordenadora da Comissão de Justiça e Paz, do Regional 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, e que vem aqui a partir de um requerimento de iniciativa do Deputado Arnaldo Jordy, o Requerimento nº 35, de 2012.

Tive o prazer de conhecer Irmã Henriqueta em uma diligência da Comissão de Direitos Humanos no Estado do Pará. A Irmã Henriqueta faz um grande trabalho na região da Ilhas de Marajó, um trabalho de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes. Estivemos em diligência da Comissão de Direitos Humanos na cidade de Belém, onde fomos verificar as condições em que se deram dois estupros em uma unidade do sistema penitenciário prisional naquele Estado. Estivemos lá fazendo uma série de diligências e discussões. Nessa ocasião, tivemos a oportunidade de conhecer a Irmã Henriqueta.

Estamos aqui, portanto, tendo a grata satisfação de ter a sua presença, pela sua luta, pelo conhecimento que carrega, por toda a sua contribuição no enfrentamento das redes e daqueles que se beneficiam de forma absolutamente cruel dos corpos e das vidas das nossas meninas e dos nossos meninos.

A Irmã Henriqueta, inclusive, encontra-se sob proteção da Polícia Federal em função da luta e das ameaças que sofre daqueles que tentam cercear ou impedir a continuidade do seu trabalho. Ela tem enfrentado essas ameaças com muita coragem e com a continuidade do próprio trabalho, e não só no Estado do Pará. Com certeza, desse trabalho todos nós beberemos e sorveremos, admirando a sua dignidade e a sua coragem. É um prazer imenso tê-la aqui, Irmã Henriqueta.



Nossa Comissão esteve em Natal e também em João Pessoa, cidade onde colhemos alguns depoimentos. Vamos submeter, no momento oportuno, a possibilidade de fazermos os depoimentos, inclusive esse que foi colhido no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba, com a classificação de ultrassecreto, para que possamos preservar as pessoas que nos ajudam e oferecem, muitas vezes com os fios traçados da dor e, sem dúvida nenhuma, da esperança, os seus depoimentos e contribuem com os trabalhos desta CPI.

Irmã Marie Henriqueta Ferreira Cavalcante, é um prazer tê-la aqui. É muito bom tê-la aqui, muito bom! A senhora foi à CPI do Tráfico de Pessoas prestar depoimentos, e nós, então, estamos também aproveitando a sua experiência para os trabalhos desta CPI.

Irmã Henriqueta, eu vou lhe passar a palavra para que a senhora possa fazer a sua exposição por um prazo de 20 minutos, absolutamente flexível ou, como disse a senhora, “mexível”. *(Risos.)*

Passo-lhe a palavra, portanto, mas antes registro a presença da Deputada Carmen Zanotto, do Deputado Jean Wyllys e da Relatora desta CPI, Deputada Liliam Sá.

Com a palavra a Irmã Marie Henriqueta Ferreira Cavalcante, com toda a sua grandeza.

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Muito obrigada, Deputada.

Sinto-me assim até humilhada aqui do lado da senhora com tantas palavras bonitas. É um prazer muito grande reencontrá-la. Nós nos conhecemos numa ocasião muito difícil do Estado do Pará, em mais uma tragédia depois daquela de Abaetetuba, com mais uma adolescente encontrada na mesma situação — não na mesma, porque a adolescente não estava presa —, mas vivendo dentro de um espaço carcerário em exploração sexual. Lamento dizer, Deputada, que há pouco tempo eu encontrei essa mesma adolescente vivendo em situação de total vulnerabilidade.

Cumprimento também a Deputada Liliam. É um prazer! Eu me sinto muito feliz em poder falar deste tema e compartilhar com vocês o que tenho vivido no Estado do Pará.



A Comissão Justiça e Paz, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, presente naquela realidade, contempla dois Estados: o Pará e o Amapá. Portanto, eu tenho tido a oportunidade de contemplar a situação vivida por muitas crianças e adolescentes nesses dois Estados.

Um dos eixos de ação da Comissão é justamente o enfrentamento da exploração sexual e do tráfico de pessoas, além do combate à corrupção eleitoral. A nossa preocupação é com a defesa dos direitos humanos, através da formação. Também temos o cuidado de olhar com muita preciosidade para todas as vidas violadas nos seus direitos.

Eu vou me deter à minha experiência na Ilha do Marajó, apesar de eu atuar em todo o Estado. Eu viajo por todo o Estado, de ponta a ponta. Portanto, eu posso falar desse assunto com muita propriedade. Mas, nesses últimos tempos, de 3 anos para cá, nós temos tido um olhar muito específico para a região do Marajó, porque todos nós sabemos que essa região é marcada pelo abandono, marcada pela pobreza, marcada por uma população que traz dentro de si um silêncio muito grande.

O meu olhar de 3 anos atrás para a população de Marajó não é o mesmo de hoje, particularmente o voltado para as lideranças, porque antes eu chegava ao Marajó e as pessoas ficavam caladas, medrosas, temerosas. Hoje, não! Em virtude de todo o investimento em formação em direitos humanos que temos feito, as pessoas hoje estão tendo coragem de falar, de se expressar ou de pelo menos dizer onde está doendo. Isso é muito importante.

Então, a minha contribuição vai se basear na minha experiência em Marajó. Quando falo do Marajó, refiro-me aos seus 16 Municípios, onde tivemos a oportunidade de desenvolver um projeto chamado Amar a Vida, que é fruto de emenda ainda do Senador José Nery. Com esse projeto, além da oportunidade que tivemos de fazer todo um trabalho formativo e preventivo, nós tivemos também condições de ajudar muitas pessoas, principalmente as crianças que guardavam consigo o silêncio de terem sido violadas, de terem sido abusadas e que, por medo, não tinham coragem de falar sobre o assunto.

Através de uma assessoria jurídica dentro desse projeto, foi possível constatar isso. E hoje, graças a Deus, muitos dos criminosos estão presos atrás das



grades, como é o desejo de todos nós. Quem faz isso com qualquer pessoa deve pagar, deve ser responsabilizado pela lei.

O contato direto com essa realidade tem me trazido uma interpelação muito grande. Eu não posso deixar de dizer, como eu falei na outra CPI, que estou me tornando cada vez mais indignada, Deputada. É repugnante você ver uma criança que tem a sua vida, a sua inocência violada, e que em muitas vezes esses criminosos passam a assumir o papel de vítima e as vítimas serem as criminosas, porque denunciaram.

Com isso, eu quero dizer que nós vivemos num Estado marcado pela cultura da impunidade, onde a lei tem servido para quem tem dinheiro. Quem é pobre, paga, mas quem tem dinheiro não está pagando. Isso traz para nós uma reflexão muito séria, isso traz para nós uma preocupação muito grande, em pensar que as nossas crianças vivem numa situação de total vulnerabilidade, em todos os sentidos. Porque, na Ilha do Marajó, as crianças vão se prostituir, as crianças são obrigadas a colocarem o seu corpo a serviço da exploração porque não têm comida dentro de casa. Porque a inexistência de políticas públicas é sem tamanho. E eu me refiro a isso como uma das causas, além da desigualdade social. Hoje, a gente vê aí — e é bonito — inúmeros documentos onde estão pautados os direitos das nossas crianças e adolescentes, mas com muita frequência, com muita frequência esses direitos são negligenciados. E a vida desses seres em desenvolvimento, desses seres em formação é que fica prejudicada, porque eles não têm os seus direitos garantidos.

Então, é interessante notar que, dentro desse contato direto com essas vidas maltratadas, indefesas, que são violadas nos seus direitos, isso tem trazido para nós um compromisso ainda muito maior dentro da CNBB, de não deixarmos essa luta, custe o que custar, tendo que morrer em consequência disso. Hoje, eu digo sempre: eu prefiro morrer, eu prefiro morrer — se for para me matar, que me matem —, mas eu prefiro morrer falando, denunciando, mas jamais deixar nenhuma dessas vítimas caladas, sem que ninguém possa ouvi-las. Que eu seja porta-voz, mesmo tendo que pagar o preço de hoje não ter mais a minha liberdade e ter que me submeter a andar com escolta policial.



Quero dizer que é justamente nessas situações de vulnerabilidade, é nessas situações onde a miséria é maior que as redes criminosas atuam com muito mais facilidade. É onde elas atuam com muito mais segurança. Sabe por quê? Porque lá ninguém as enxerga. É lá, também, que nós encontramos profissionais desqualificados, descomprometidos. Não há por que também não dizer que o Conselho Tutelar é porta de entrada para esses crimes, e muitas das vezes nós encontramos também conselheiros tutelares coniventes e até envolvidos diretamente nessas práticas.

Sem contar a indiferença, a indiferença daqueles que deveriam estar comprometidos e fazendo com que esses direitos dessas crianças e adolescentes fossem respeitados e realmente concretizados. Mas, lamentavelmente, a gente vê um conjunto dessa rede que também se compromete, defendendo, escondendo, sendo conivente e, não por que dizer? — e falo com muita tranquilidade — sendo também envolvidos nessas práticas criminosas.

O que eu ainda poderia dizer para vocês? Que, lamentavelmente, nós conseguimos detectar... O que venho vendo com muita frequência na região — e digo isto porque hoje tenho muita dificuldade de falar de exploração sexual sem falar em tráfico de pessoas. Eu disse que esses crimes estão interligados.

Mas existe, Deputada, na região do Marajó, na região que pega aquela região de Breves, uma realidade que eu pautei na outra CPI e que também quero registrar nesta, que é a realidade das meninas balseiras. São meninas e meninos marcados por uma miséria muito grande e que sobem naquelas balsas para se prostituírem, para serem explorados. Eu até cheguei a dizer que muitas delas... Como tem o depoimento de uma delas. Foi no rio, acho que... Não lembro agora o nome do rio, mas no relato da menor ela me dizia o seguinte... Como eu vivo dentro do rio, agora não lembro se é o Rio Tapuiaçu. Mas ela me disse o seguinte: *“Me agarrar em balsa, tenho medo. Essa é uma vida muito arriscada. Eles vão vender óleo, eles vão...”*

Na verdade, quando ela dizia *“eles vão”*... Aí, eu: *“E você? Não vai?”* Aí: *“Mas eu vou, também”*. *“O que vocês vão fazer?”* *“Vamos vender óleo, açaí, camarão, quando tem, às vezes. Tem vezes que nos agarram e nos levam.”*



E tem umas que não estão voltando, Deputada. Tem crianças que estão subindo e não estão voltando. E vão para onde? O que é feito com essas vidas?

E ela ainda disse: *“Ir para a balsa para fazer besteira, é isto o que eles querem”*.

Se não fosse uma mulher falar que era parente da menina que estava com eles, estes já iam levá-la.

O homem perguntou para a garota se era verdade o que a mulher falava. Então, a menina disse que era parente, sim. E por isso uma das coleguinhas dela não foi embora, sendo que elas não tinham nenhum vínculo de parentesco, porque *“se agarramos é capaz de nos levar embora e nos matar”*, como muitas vezes já fizeram.

Que povo faz isso? Os homens das balsas. E não adianta nenhuma autoridade daquela região dizer que não é. É só entrar numa balsa daquelas que saem de Belém, vão para Manaus, ou vêm de Manaus e vão embora para Belém. Com muita frequência elas entram nas balsas, sim. Isso é diariamente — diariamente.

Portanto, eu destaco ainda que é urgente. Eu tenho falado isso. O esforço que nós temos feito na região é justamente o de fortalecer as redes de enfrentamento. Fortalecer aqueles que têm o poder e a competência para garantir os direitos dessas crianças e adolescentes.

Mas o que nós constatamos é que existe uma verdadeira tolerância, ainda, da sociedade. Nós ainda vivemos numa sociedade que tolera; nós ainda vivemos numa sociedade que silencia; nós ainda vivemos numa sociedade que acha que isso acontece com o filho do outro, que não acontece com o seu próprio filho, com o seu próprio neto. E muitas pessoas só passam a indignar-se também quando acontece com alguém próximo de si.

Portanto, a sensibilização, a mobilização da população, em geral, é superimportante, ainda mais na nossa realidade, em que esse tipo de crime ainda é encarado como uma questão cultural. Isto é um verdadeiro absurdo: encarar um crime desses como uma questão cultural. E com muita facilidade nós escutamos isso. Nós escutamos isso de autoridades, nós escutamos isso da população: dizer que isso é cultural...



É cultural você ter a menina que está lá no interior morrendo de fome. Aí ela vem para a sua casa porque você vai dar estudo — não é? Você vai colocar essa menina para ser alguém na vida; mas, de repente, essa menina se torna a empregadinha sexual daquele que a adotou.

Então, a problemática desse tipo de crime — eu falo a partir da realidade do Marajó — deve ser desmistificada. Nós não podemos... Inclusive, pelos órgãos responsáveis pela produção do conhecimento e pelas organizações não governamentais, pelas associações de lideranças comunitárias, igrejas, todo mundo tem que desmistificar isso, pois isso não é uma questão cultural.

Além dessa conscientização da sociedade em geral, é preciso que haja responsabilização daqueles que são criminosos. Hoje o que mais nos intriga — e isso me deixa ainda muito mais indignada — é justamente essa questão da impunidade, essa questão de você, sabe, ver as nossas crianças e as famílias dessas crianças gritarem por justiça.

Faz poucos dias... Na semana passada eu recebi uma ligação de uma criança que foi abusada, violentada por um ex-vereador. Essa criança, quando soube da decisão judicial, pegou o telefone, me ligou e disse: *“Tia Henriqueta, o juiz não vai prender o criminoso que me fez mal. Tem como a senhora ir lá e conversar com ele? Porque eu quero ver esse homem na cadeia.”*

Esse é um dos clamores do dia. Mas são tantos outros, são tantos outros...

Hoje há um desespero, o desespero das famílias que não veem os seus culpados serem condenados. E essas famílias ainda têm que pagar, junto com a vítima, o preço disso tudo. E, aí, eu quero chamar a atenção para um dos Municípios dessa região do Marajó, que se chama Currálinho, além de Breves, Portel, que para mim, hoje... Eu tenho uma dificuldade enorme em dizer qual é daqueles Municípios onde a incidência não é maior.

Mas eu gostaria, sim, de dizer que, na realidade de Currálinho, além da situação de exploração sexual, há a facilidade com que também as redes criminosas entram, pegam as adolescentes e as levam embora, inclusive para Caiena.

Infelizmente, faz dias, quer dizer, faz alguns meses que eu não estou conseguindo entrar no Município de Currálinho, porque uma das vítimas que nós acompanhamos é especial, com 13 anos. Ela foi estuprada por um cidadão que...



Ele e a família dele são metidos a serem valentes, inclusive com fama de pistoleiros. Pois estupraram essa menina, essa menina engravidou, foi para Belém, e teve a criança. Depois, com muito sacrifício, nós, na Comissão de Justiça e Paz, tivemos que assumir essa família toda, tirando a criança lá do Município de Currálinho e trazendo-a para Belém, para que não morresse. Hoje a criança está com 2 anos. O cidadão foi preso, mas inventou que estava doente. E fez exame de DNA; mas, como a irmã trabalha no hospital, o exame deu negativo — e até o momento o juiz não solicitou um segundo exame fora do Município de Currálinho, para provar que ele é o pai; porque ela, com muita consciência, só fala no nome dele nos depoimentos. Apesar de ela ser especial, essa menina falou o tempo todo a verdade.

Essa é um pouco de tantas outras mazelas que existem na região do Marajó. Mas hoje eu tenho dificuldade de dizer para vocês onde é que esse crime não acontece naquele Estado. Assim como nós encontramos servidores que não responsabilizam esses criminosos, nós encontramos muitos servidores também que são bons, comprometidos, e que condenam; mas que, depois, quando se vai para outra instância, aqueles são "descondenados". E isso traz o desespero não só para as famílias dessas vítimas, mas também para nós que fazemos o enfrentamento, porque nós temos depois que pagar isso tudo, temos que sofrer ameaças, ameaças públicas inclusive, e ainda temos que pagar, com certeza, além das ameaças, um preço muito alto por tudo isso. Por isso é que eu digo sempre, falei lá e digo aqui: eu acho que, depois de tanta tempestade já superada, não é qualquer chuva que vai me molhar, não. Portanto eu vou continuar firme, defendendo a vida dessas crianças e desses adolescentes, que gritam, que clamam por justiça, e que com certeza estão também não só gritando por justiça, mas por melhoria de vida, de qualidade de vida, através de políticas públicas, como eu falei antes, que são inexistentes em todos os Municípios daquele Estado.

Essa é a minha contribuição, e me disponho a contribuir ainda muito mais, se for necessário. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Henriqueta. É um prazer, mais uma vez, tê-la aqui.



Nós, quando estivemos lá no Município de Belém, no Estado do Pará, tivemos a oportunidade de conversar com várias autoridades acerca da menina que havia sido estuprada dentro do sistema prisional; e ali nós percebemos, não sei se essa realidade já foi superada, que não havia um plano de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes naquele Estado. Havia um plano do Governo anterior, e esse plano foi abandonado pelo Governo atual. Mas havia um compromisso; houve um compromisso falado à Comissão de Direitos Humanos. Estávamos ali eu, a Deputada Janete Pietá, a Deputada Elcione Barbalho, o Deputado Arnaldo Jordy, e houve um compromisso de que se elaboraria um novo plano. Penso que o plano é importante, porque ele significa o conjunto das políticas públicas. E, sobre a sua construção, quanto mais participação houver da sociedade civil e das próprias pessoas que são vítimas da exploração sexual, mais ele terá de eficácia e sustentabilidade. Nós ouvimos ali denúncias de Conselheiros Tutelares. Soubemos de um caso, como os que estávamos investigando, de uma menina que adentrou o presídio da cidade e que ali foi vítima de estupro. Mas casos como aquele eram absolutamente normais naquela região. Era a fala dos Conselheiros Tutelares. Nós não tivemos tempo hábil para ir à delegacia do Município, porque nos diziam que a delegacia do Município teria inúmeras ocorrências nesse sentido, de haver meninas adolescentes vítimas de violência sexual. Não tivemos condição de ir ao Município, mas colhemos esses depoimentos de Conselheiros Tutelares, depoimentos da Comissão de Justiça e Paz, depoimentos da Ordem dos Advogados, depoimentos de vários segmentos da sociedade civil, na perspectiva de atestar que havia uma nitidez, porque em alguns lugares há novas formas de organização das redes e não há mais tanta nitidez. Não significa que não aconteçam, que as redes não estejam em funcionamento. Estão — mas utilizando outra forma de operar, e, nessas formas de operar, tiram as adolescentes, as crianças das ruas e buscam utilizar muito a comunicação através da Internet, através de redes. Mas ali, naquele Estado, há muita nitidez. Há muita criança sendo violada, ou tendo seus direitos humanos violados, seus direitos sexuais, seus direitos humanos violados à luz do dia, e que são encobertas pelo manto de impunidade; e, ao mesmo tempo invisibilizadas por essa naturalização. Uma



naturalização de uma lógica muito feroz contra a existência dessas crianças com a infância roubada, a infância usurpada.

Portanto, este é o quadro: essa cadeia de crianças empurradas pela pobreza, porque exploração sexual ainda tem como fator relevante a pobreza, ainda que alguns digam que não. Talvez isso não se dê no abuso sexual, porque ele invade o conjunto das classes sociais, mas a exploração sexual tem como fator relevante a pobreza. A pobreza empurra essa menina, vítima pela primeira vez — essa menina, esse menino, essa criança, esse adolescente. Em seguida, ela é vítima mais uma vez, porque abre mão da sua infância; roubam a sua infância, roubam o seu corpo, roubam a sua condição humana. E, pela terceira vez, ela é vitimizada, quando não escutam a fala dela, não escutam a dor dela. E, na quarta vez, é quando, via de regra, elas são culpabilizadas, são colocadas como culpadas, ainda que estejam sendo vítimas da exploração sexual. Então, é um processo muito profundo de destruição da condição humana, da autoestima. Quando você se desumaniza pela pobreza, se desumaniza pela exploração porque abre mão do corpo, dos direitos sexuais; se desumaniza porque não a escutam, porque não tem fala, ou a fala não é escutada; e se desumaniza porque não há a responsabilização. Então, esse quadro é uma cadeia que aqui foi retratada.

E aí temos aspectos muito específicos que dizem respeito inclusive às balsas, como a senhora falava. As pescarias que têm esse objetivo encobrem o turismo sexual, a exploração sexual de crianças e adolescentes. Redes. Aquele é um dos locais do Brasil onde há o maior número de redes, de problemas nas fronteiras. Então, nós aprovamos já uma diligência para o Amapá e para o Pará. E nós temos uma necessidade. Por exemplo, é preciso ter uma atuação mais profunda do Estado, sob todos os pontos de vista. Por onde estamos indo a gente se depara com uma inversão, com uma coisa indiretamente proporcional: quanto maior a exploração sexual, menor é o nível de atuação do Estado, seja o Estado do ponto de vista de políticas públicas que possam arrancar da pobreza e assegurar a condição humana, assegurar o corpo e assegurar a vida, seja do Estado do ponto de vista da responsabilização. As estruturas de responsabilização são precarizadas. Delegacias, quando há, de proteção a crianças e adolescentes, são precarizadas; as condições de fazer um inquérito robusto são dificultadas pela precariedade da



existência desses órgãos, que também não acompanham a evolução das próprias redes. As redes se imiscuem no processo de funcionamento. Fazem através das redes virtuais, enfim, da Internet, e a nossa estrutura de inteligência, a polícia de inteligência investigativa não acompanha na mesma proporção. Então, nós temos um Estado que pouco responsabiliza, porque muitas vezes o próprio Executivo não prioriza as estruturas de segurança que possam robustecer inquéritos que venham a levar a uma condenação. Não há prioridade também no Poder Judiciário. Porque temos que olhar que o Poder Judiciário tem que encarar e tem que cumprir o estatuto. O estatuto fala que é prioridade de Estado a família, a sociedade. O Estado não é só o Poder Executivo; o Estado é o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Ministério Público. Portanto, o Estado, o Poder Judiciário, também tem que priorizar o que diz respeito aos direitos de crianças e adolescentes, priorizar crianças e adolescentes.

Portanto, temos uma falência de Estado no Estado que ali vimos. Nós fomos especificamente a esse presídio. O presídio não tem estrutura, inclusive, para que possa fazer com que aquelas pessoas que ali estão em cumprimento de sentença possam "ressignificar" suas vidas, interromper a trajetória infracional; que tenham condições para isso. Mas nem tem condições também de elaborar um inquérito. Portanto, temos as preocupações de estarmos dando visibilidade ao tema, às redes, mas, fundamentalmente, de estarmos trabalhando com o atendimento a essas crianças, vítimas de exploração sexual, crianças e adolescentes, e com a responsabilização de que a senhora falava. A senhora falava muito bem, e dizia que há também a opção pelos pobres da Justiça — não a opção pelos pobres que um segmento religioso faça neste País, e que tem salvado muitas vidas e construído um país, com todas as dificuldades, mais igualitário; mas a opção pelos pobres, porque são os pobres que são responsabilizados.

As grandes redes são movidas por pessoas que têm influência econômica, influência política, e há uma dificuldade muito grande de que elas possam ser responsabilizadas e possam ser desconstruídas. E a senhora dizia algo que é muito sintomático, ou seja, o próprio exame de DNA não é validado. E você não tem segurança acerca dele, porque, se ele está em uma cidade onde a pessoa que está sendo acusada tem poder absoluto, inclusive de colocar sob suspeição um exame



de DNA... Então, isso significa poder absoluto, significa que as estruturas do Estado estão quebradas na sua concepção democrática, na sua concepção republicana e que elas estão subjugadas por uma lógica patrimonialista, uma lógica de capitania hereditárias, de que o Brasil já deveria ter feito os lutos e encerrado esse ciclo. Portanto, essa realidade que a senhora nos traz é uma realidade que a gente tem percebido, de uma forma ou de outra, em vários locais por onde temos andado, onde essa CPI tem andado. A gente sai com muita indignação e com um diálogo muito grande com a dor. Eu falei, e vou falar de novo, do depoimento de uma menina, em João Pessoa. Ela dizia assim: "eu nunca vou casar". Ela foi vítima de violência sexual quando tinha 14 anos, há 3 anos atrás, ou por volta disso. E ela nos dizia assim uma coisa, como se ela estivesse falando com a alma, falando com uma desesperança, uma coisa extremamente profunda. Dizia: *"Eu não sou mais pura; nenhum homem vai querer casar comigo. A coisa que eu mais quero seria casar e ter minha casa. Mas eu nunca vou casar."*

Então, assim, essa menina não está tendo atendimento psicológico. Ela teve, uma única vez, um atendimento para colher o depoimento. Depois, nunca mais teve. Era para que ela pudesse ver que a vida dela pode e deve continuar e que ela tem condições de continuar, que ela tem condições de ser feliz. E ela dizia: *"Acabou a minha vida porque nenhum homem vai me querer porque não sou mais pura"*. Porque ela foi vítima de estupro, um estupro dos mais bárbaros, um estupro com muita violência, ela se sentia culpada, se sentia impura e se sentia sem perspectiva de vida, de realizar os seus sonhos, em função dessa violência.

Então, são funções imensas que nós temos, Irmã Henriqueta. Por isso, mais uma vez, nós parabenizamos a sua atuação, parabenizamos a sua coragem — essa coragem que transforma o mundo. Porque a senhora dizia: *"Eu prefiro morrer a me calar"*. Porque, em verdade, a senhora, quando fala, não é só a senhora que está falando, porque está dando vida a muitas vozes de muitas crianças que têm sido sacrificadas por uma lógica patrimonialista, sexista, uma lógica desumanizadora, que está em curso ainda neste País, e com muita intensidade no Estado do Pará.

Portanto, eu queria, mais uma vez, parabenizá-la e passar a palavra para a Relatora, para que ela possa fazer suas perguntas, suas considerações. Em seguida, nós temos inscrito o Deputado Jean Wyllys.



Solicitamos aos Parlamentares que queiram fazer uso da palavra que se inscrevam, para que nós possamos dar prosseguimento a esta reunião.

Com a palavra a Deputada Liliam Sá, Relatora desta CPI.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Boa tarde a todos e a todas. Eu quero cumprimentar a Irmã Henriqueta e cumprimentar a CNBB por esse trabalho maravilhoso que faz em todo o Brasil.

Ouvindo o seu depoimento e sabendo da sua história, nós ficamos assim cada vez mais, vou dizer, tristes, ao saber o que acontece com crianças em todo o Brasil. E ficamos tristes também em saber que nós temos governos inoperantes, governos que não têm compromisso com a criança nem com o adolescente.

Nós estivemos em Natal, como falou a nossa Presidente. Estivemos lá no Rio Grande do Norte, estivemos na Paraíba. Nós vimos que os governos tratam da situação das crianças como uma coisa natural, como se isso fizesse parte da cultura, como se criança fosse um objeto descartável que pudesse ser usado na hora em que se quisesse. Nós encontramos uma menina que foi abusada, em Natal; estava lá numa delegacia para dar depoimento. Três anos depois é que ela ia dar o depoimento. Foi abusada com 9, e com 11 é que estavam recolhendo o depoimento daquela menina.

Eu estava vendo aqui que a Irmã está na lista de pessoas para morrer. Eu estava lendo aqui que a senhora está sendo ameaçada de morte pelo trabalho que faz. Tem um trabalho de reforço escolar, oficina de pintura, que tira crianças, meninos de rua de 7 a 17 anos — não é isso, Irmã? E que também denunciou um tráfico de redes, que estão interligadas, de empresários, policiais, taxistas, donos de hotéis. Também há tráfico de órgãos, tráfico de trabalho escravo. Isso é verdade, Irmã? Porque é uma monstruosidade!

Eu gostaria que a senhora falasse também sobre isto: a senhora aqui relatou, num outro depoimento, que os meninos são traficados para o Suriname, e que o Suriname tem todo tipo de tráfico, não só para exploração sexual, como tráfico de órgãos, tráfico humano. E eu gostaria... A Irmã também falou que essas balsas servem para travessia, que essas meninas se prostituem. Mas não é para travessia do povo? Então, ali elas vendem o corpo, assim, à luz do dia, para as pessoas verem? Onde elas se prostituem? Onde ficam essas casas, esses prostíbulo? A



Irmã tem o endereço? Sabe disso? E como atuam as autoridades, como fica o Ministério Público nessa situação? Quantas denúncias chegaram até o Ministério Público e se tornaram inquéritos? Quais foram as punições de que a Irmã sabe até hoje, depois dessas denúncias todas que a Irmã fez? No caso de Currálinho, a exploração sexual... O tráfico de que a Irmã falou está interligado? Tráfico sexual, tráfico de órgãos, tráfico de escravos, que foi a sua denúncia, de que ele pegou a menina. E aí entra o tráfico humano também, nesse sentido.

A senhora falou dos Conselheiros Tutelares. Esses Conselheiros foram punidos? Houve denúncia contra eles? Eles ainda continuam lá? Eles continuam trabalhando? Também é importante que a CPI saiba disso. E eu gostaria de saber dessa rede para o Suriname. Isso é muito importante para nós.

A senhora falou da Ilha de Marajó, onde é que, à luz do dia, acontecem todas essas coisas. Eu gostaria de saber da Irmã quem dá apoio à Irmã. Como fica lá a questão do Governo, da Prefeitura, dos envolvidos, das autoridades policiais, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Militar? O que a Irmã tem desse aparato todo para dizer para nós aqui hoje?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Manuela d'Ávila) - Eu vou passar a palavra para o Deputado Jean Wyllys. Depois, se a Irmã Henriqueta possibilitar, nós vamos passar a palavra para ela. E, depois, nós vamos passar para os encaminhamentos dos requerimentos. O Deputado Jean Wyllys está inscrito; depois, a senhora responde, e nós passamos para a apreciação dos requerimentos sem prejuízo de outros Parlamentares que porventura desejem fazer uso da palavra.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu só quero que ela responda também por que meninos — mais os meninos — vão para o Suriname.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Manuela d'Ávila) - Com a palavra, portanto, o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Obrigado, Presidenta.

Eu vou desde já me desculpar: talvez eu não possa ficar para ouvir todas as respostas porque eu vou ter de sair daqui para presidir outra questão importante aqui, uma reunião da Frente Parlamentar LGBT. A Deputada Erika Kokay, inclusive, vai mandar um representante por conta disso.



Mas aqui uma observação, Deputada Erika: nós só não fizemos os lutos necessários para o amadurecimento da nossa democracia porque há pessoas, inclusive dentro desta Casa, dispostas a manter a sobrevivência de mortos-vivos, ou de zumbis, como a ditadura militar, a prática de tortura, as capitânias hereditárias, ou seja, a apropriação privada da coisa pública, inclusive entendendo aqui a representação política como hereditária. Temos de encarar isso. Nós vemos, na linha sucessória, como um político vai passando para os seus filhos o cargo que tem aqui, que ocupa aqui, por meio da constituição de currais eleitorais, e por aí vai. Por isso não conseguimos fazer esse luto necessário para amadurecermos como democracia e protegermos os direitos das crianças e adolescentes.

Irmã Marie, sendo muito objetivo, a senhora falou que há convivência dos Conselhos Tutelares, de pessoas que pertencem aos Conselhos. Eu queria precisão nessa denúncia. Essa denúncia já se encontra na mão do Ministério Público? Essas pessoas já foram apontadas, já foram indiciadas, estão sendo investigadas? E aí eu pergunto: qual é o diálogo do trabalho da Comissão Paz e Terra, aliás, Justiça e Paz, desculpe-me, da Comissão Justiça e Paz com as instituições dos poderes públicos? Qual é o diálogo com as Secretarias da Prefeitura e do Governo do Estado do Pará, com o Ministério Público local, com a Defensoria Pública, com a Polícia Federal? Qual é o diálogo com essas instituições no sentido de proteger não só a sua vida, mas os direitos dessas crianças, de inibir, de identificar essas quadrilhas de exploração sexual e de tráfico de pessoas, de identificá-las, combatê-las e proteger o direito das crianças, inclusive com políticas públicas? Por exemplo, sabemos aqui, ouvindo diferentes depoimentos nesta CPI, que a exploração sexual parte também da pobreza, da vulnerabilidade vinda da classe, da vulnerabilidade vinda da etnia, como no Pará, entre os indígenas, os povos indígenas, e da vulnerabilidade vinda da orientação sexual — no caso, os travestis e transexuais, que são vítimas da exploração sexual, do tráfico de pessoas. Então, qual é o diálogo com essas instituições? O que tem sido feito? E como nós desta CPI podemos colaborar com esse trabalho?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Irmã, vou lhe passar a palavra. Antes, porém, gostaria que a senhora pudesse, na linha do que o Deputado Jean Wyllys perguntava, identificar quem são os parceiros no enfrentamento à



exploração sexual de crianças e adolescentes e quem são os adversários, ou seja, quem impede que nós possamos, de fato, enfrentar. E qual a relação? Porque há uma área de fronteira ali — não é? E qual é a relação entre os dois países? Nós também tivemos aqui denúncias de que vários soldados seriam agentes também da exploração ou que se locupletavam, ou que, então, seriam organizadores inclusive, de certa forma, de redes ou de ações de exploração sexual de crianças e adolescentes. Então, para saber se a senhora tem notícia disso, dessa relação com a fronteira, porque a senhora falava do Suriname, dessa relação com a fronteira e a participação de soldados, enfim. E se há, assim, uma discriminação que também tem um recorte de gênero, ou seja, se a maioria é de meninas. Se a senhora percebe isto, se há um recorte de gênero, ou seja, se a maioria são meninas, e se há um recorte étnico também, com a maioria sendo ribeirinhas, indígenas, enfim, povo da floresta.

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Certo. Vamos lá. Vamos tentar, porque tem muita coisa, não é?

Primeiro, eu gostaria assim de dizer que a maioria das pessoas, das vítimas, elas são, eu até coloquei isso, elas são, sim, de comunidades ribeirinhas, indígenas também. Nós estamos vivendo um drama horrível que eu não pontuei aqui. Nós estamos vivendo um drama horrível em Altamira. Altamira está chamando a atenção. Assim, é uma coisa assim alarmante o quadro que Altamira está vivendo neste momento.

Em Altamira existem uns dados publicados pela *Agência Brasil*, no dia 28/04, agora do mês de abril, que diz que aumentou o número das casas de prostituição em Altamira, que aumentou demais. E vejam só: ainda se referindo a Altamira, não há dúvida nenhuma de que Altamira traz não só o aumento das casas de prostituição, mas também a maneira crescente como meninas e meninos estão em situação de exploração.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual a idade desses meninos e meninas?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Não faz muito tempo que... São crianças, não é?



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual a idade mais ou menos das meninas e meninos?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Das mais diferentes idades. A delegada da DATA inclusive, alguns meses atrás, ela me ligou apavorada. Eu estava embarcando, e disse: *“Eu não posso fazer nada, eu não posso te ajudar mesmo.”* Uma mãe estava vendendo uma criança de 1 ano por 10 reais, para comprar droga — porque, se aumenta a prostituição, aumenta a droga, aumenta o tráfico de pessoas. Porque o processo migratório é muito grande, não é? Então, as meninas são ribeirinhas. A maioria delas é ribeirinha. As meninas traficadas, que estão traficadas em Suriname... Eu já relatei agora de manhã. Eu fui para o Suriname; passei 5 dias lá. Lá vi e ouvi tudo o que eu queria e muito mais, muito mais. Mas a maioria das meninas que eu encontrei em Suriname são todas, quase todas, de comunidades ribeirinhas e do Marajó. Isso me chamou muita a atenção. Por que eu mencionei o Município de Curralinho para vocês? Eu pontuo Curralinho porque Curralinho traz uma referência muito grande de crianças exploradas, de uma existência perversa — digo perversa mesmo —, porque não tem nada naquele Município.

E o desespero? O desespero de alguns Conselheiros Tutelares bons que nós temos lá, de um juiz bom, atuante, que nós temos neste momento, e de algumas servidoras do CRAS de lá, que ficam desesperadas. A psicóloga de lá faz papel de mãe, de psicóloga, de tudo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual é o nome do juiz de lá, por gentileza?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - É o Dr. Cornélio. Não lembro agora o sobrenome dele. Mas é um juiz muito atuante, um juiz sensível, responsável.

Então, vamos começar pelo Conselho Tutelar. Eu tenho duas denúncias. Uma é contra o presidente do conselho de Direito de um Município. Esse presidente do conselho de Direito — estou até com as imagens que mostram ele praticando sexo com uma criança, uma menor — continua como presidente do conselho de Direito.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A senhora pode enviar para a gente esse vídeo, para a CPI?



A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Envio, envio.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, nós estamos solicitando à senhora que envie esse vídeo para a gente.

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - O.K. Envio.

A denúncia foi encaminhada. O Ministério Público teve conhecimento, mas ele continua sendo o Presidente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sabe a idade da menina com quem ele estava tendo sexo?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - A idade... Ah, Deputada! Eu não lembro!

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mais ou menos.

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - São muitos casos. Sinceramente, eu não lembro, mas acredito que ela deve ter uns 11 anos de idade; 10, 11 anos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Jesus! É uma denúncia grave.

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - É. As pessoas denunciam, mas denunciam com medo. E faz pouco tempo que uma... Nós temos insistido muito. Por exemplo, nos nossos encontros — eu tenho feito isso demais, insistido muito. E nós, dentro da catequese, na pastoral familiar, na pastoral da juventude, temos um espaço vastíssimo para debater esses temas, não é? E foi justamente no espaço da catequese, que uma catequista, terminando o encontro dela, escutou duas irmãzinhas. E essas duas irmãzinhas falaram de uma outra pessoa, mas não dizendo quem era, porque o medo, no momento, estava falando muito mais alto do que a vontade de confessar o que elas estavam vivendo. Mas, quando a dor é tão forte, tem horas em que elas não suportam mais e elas encontram alguém que possa acolhê-las.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Irmã...

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Só um minutinho.

Foi aí que a catequista constatou. E, imediatamente, ela, desesperada, não sabendo como proceder, me procurou no dia seguinte. O que eu fiz? Pedi auxílio para a polícia, para a DATA, a delegacia especializada, e a delegada imediatamente



encaminhou uma assistente social lá comigo; eu relatei para ela, e ela foi para o Conselho Tutelar — porque é competência do Conselho Tutelar. Daí ela foi à casa dessa criança para averiguar a denúncia de tudo o que lhe foi narrado. Passei todo o relatório. É só para dizer para você, para responder ao que você me perguntou, porque a senhora me perguntou, Deputada. O Conselheiro, no dia seguinte... Porque a catequista ligou, desesperadamente, dizendo para mim: *“Irmã, o pai vai matar as duas meninas porque ele descobriu e a mãe está dando cobertura”*. Daí eu liguei para a assistente social: *“Quem foi o conselheiro que atendeu? Quem foi o conselheiro que foi lá?”* No dia seguinte, quando eu fiquei sabendo, liguei: *“Quero falar com o conselheiro fulano.”* Sabe o que ele fazia, Deputada? Ele atendia como se não fosse ele. Foram 8 ligações, para eu poder falar com ele. Eu disse: *“Você vá à casa das crianças para verificar como é que essas crianças estão.”* Porque era um feriado, coincidiu com um feriado, e o promotor não estava na comarca. Ele simplesmente me enganou. Só que, quando foi na segunda-feira, eu peguei a assistente social que foi lá com ele, e eu disse: *“Vamos lá ao Conselho Tutelar agora, porque eu vou descobrir quem foi que fez isso, quem foi que atendeu essas meninas”*. Por acaso encontrei o conselheiro lá, só de bermuda. Eu disse: *“Você trabalha aqui?”* Estava muito cheio lá. *“É, trabalho”*. *“Mas você é conselheiro?”* *“Sou”*. *“Como é o seu nome?”* Ele disse. Eu disse: *“Eu falei com você por telefone. Você me fez de palhaça no telefone.”* E como eu sou muito... todo o mundo me conhece, porque a mídia dá muita visibilidade para aquilo que... não é? Eu estou sempre muito presente nos meios de comunicação. Ele simplesmente me tratou como se eu fosse umazinha, como dizem lá, qualquer. Mas eu deixei, relevei. A forma irresponsável daquele conselheiro já me transportava para o que ele era. Passados alguns dias, recebo uma ligação anônima. A pessoa sabia do número, mas a pessoa, com muito medo, dizia: *“Irmã, eu recebi uma denúncia, uma pessoa só pediu para eu lhe comunicar que aquele conselheiro, o fulano, ele usou de uma criança, de um menino que hoje está dentro de um abrigo”*. Ele deu o nome do menino e tudo. Eu disse: *“Eu preciso... Só o nome do menino não vai servir muito. Eu preciso do nome, do sobrenome e do endereço do abrigo onde essa criança está.”* Perguntei há poucos dias: *“E o conselheiro fulano?”* *“Continua lá”*. E se esse menino está num abrigo, por que é que esse menino está num abrigo? E será que



até agora ninguém sabe quem foi que abusou desse menino e a razão pela qual ele está dentro do abrigo? Então, eu gostaria de dizer, isso para vocês: que existem conselheiros bons, responsáveis, competentes, mas existem conselheiros que também, além de serem atores principais, nesse crime, passam também a ser coniventes de uma outra maneira, quando recebem propina, e aí eles dizem que isso é junto com a Polícia, não é? Então, é isso que acontece.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas, irmã, eu gostaria de perguntar aqui, voltando lá à denúncia do conselheiro que estava tendo sexo com uma menina de 11 anos...

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Hã? O Presidente do Conselho.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O Presidente do Conselho, de que a senhora tem um vídeo...

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Do Conselho de Direito.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Do Conselho de Direito. E, do Conselho de Direito, e a senhora tem o vídeo. Essa denúncia foi encaminhada para a Polícia, para o Ministério Público? O Ministério Público está acompanhando isso?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - O procedimento foi todo feito no Município, porque a pessoa que inclusive procedeu à denúncia para mim é uma pessoa muito atuante, uma liderança comunitária, e acompanhou tudo, e está mandando, e mandou-me dizer também.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E ele não foi preso? Não aconteceu nada?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Absolutamente nada.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A senhora acompanhou, na delegacia, tudo? Nada, não foi aberto inquérito? Nada?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Não, não. Não, eu não acompanhei, porque o Município é muito distante da Capital. Eu não tenho essa disponibilidade. O meu tempo é mais precioso hoje do que ouro.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Em quanto tempo a senhora pode disponibilizar esse vídeo para a CPI, por gentileza?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Amanhã. Amanhã!

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Está bom. Obrigada.

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Agora, quanto à questão...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Agora, eu tenho uma pergunta...

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Não, eu vou responder a que a senhora me fez, a questão das meninas balseiras.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ah, das balseiras?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - É, das meninas balseiras.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Também tenho uma pergunta das estudantes que estão aqui, que depois eu quero passar para a senhora também.

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Mas aí é o seguinte: a questão é que as balsas passam. As balsas passam! Elas fazem o trajeto de Belém, de Manaus. Aquela área ali do Marajó é a área por onde passam essas balsas que vão para Manaus e que voltam para Belém, não é? E ali, quanto às balsas, em que só estão os homens mesmo, trabalhando, não têm passageiros dentro...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Não. Não, não têm.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, é feito sexo na balsa?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - É.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ou eles param num riacho?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Não, as meninas chegam com as canoas e atracam nas balsas, sobem, depois descem.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Jesus!

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Você perguntou... A senhora perguntou também sobre a questão...



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Pode chamar de você mesmo.

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - ...*(Risos.)* a questão do tráfico de órgãos, não é?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, e do...

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Sinceramente, eu...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - ...e do Suriname, por causa dos meninos que vão para o Suriname.

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Isso. Sobre a questão do tráfico de órgãos eu tenho escutado muito no Marajó, mas eu não vou sustentar uma coisa que eu nunca, eu não tenho materialidade para provar.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E o tráfico de pessoas?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Mas as pessoas, elas falam, as comunidades ribeirinhas dizem: "Olhe, nós temos notícia por aqui de que há gringos por aqui que estão comprando crianças pequenas aqui por R\$ 1 mil". "Mas onde é que esses gringos...?" "Não, estão por aí. Estão por aí, mas é que essas crianças pequenas, elas não estão indo com vida, vivas." Não é? Eu já conversei com a Polícia Federal. Eu já comuniquei às competências para que vejam, para que isso seja averiguado, principalmente para quem está atuando lá na região, para que tenha cuidado, para que veja, possa ter mais cautela nas observações, nas fiscalizações, para ver se comprova ou não isso. O diálogo com as competências, isso nós fazemos. Hoje, graças a Deus, nós não trabalhamos só. Hoje nós compomos também o Comitê? Nós temos um Comitê Estadual de Enfrentamento, não é? E inclusive, Deputada, semana passada, na quinta-feira, nós passamos o dia todo reunidos. Eu não fiquei o dia todo; eu fiquei até às 12 horas, porque depois eu tive que pegar um barco para ir para o Marajó, mas nós estávamos retomando justamente o plano estadual de enfrentamento. Como é que... Que diacho de negócio é esse, não é? O Governo do Estado precisa responsabilizar-se. E aqui eu só queria concluir o que a senhora ainda me perguntou, que é a questão da intervenção do MP.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Isso.



A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - O Ministério Público tem intensificado ações bem interessantes. Nós temos promotores que estão fazendo um trabalho excelente. Mas há promotor... existem aqueles que trabalham, que investem, que se responsabilizam, mas não há também como não dizer que existem servidores dessa instituição que também não têm nenhum compromisso, e que acabam deixando-nos a desejar, pela sua responsabilidade, pelo seu compromisso nessa causa.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E a senhora sabe — foi a última pergunta que eu fiz —, a senhora sabe se alguma virou inquérito, alguma coisa, se alguém foi julgado desses crimes que a senhora denunciou? Tem algum que... Alguém foi preso?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Dessas denúncias todas que nós estamos recebendo?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É.

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Tem. Tem.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Alguém foi preso?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Tem, tem gente que foi presa. Hoje há muitos que estão presos, mas há uns que foram presos e que foram soltos, que na verdade são criminosos, mas, lamentavelmente, vendem a sua inocência, e isso acaba tornando-se, por ser um caso muito emblemático, isso acaba tornando-se um desestímulo para muitas pessoas, para muitas famílias que já denunciaram e que agora acabam dizendo: “Não adianta, porque essa Justiça daqui não funciona”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Irmã Henriqueta, como nós tínhamos combinado, está inscrito... Nós vamos passar para a aprovação dos requerimentos, passamos de novo para a Relatora e depois para o Deputado Luiz Couto, para que nós possamos ir trabalhando na perspectiva do encaminhamento.

Bem, antes de passarmos para os requerimentos, vamos aqui submeter à votação a seguinte proposta: que seja classificado como ultrassecreto o grau de sigilo dos depoimentos tomados por mim na Câmara Municipal de João Pessoa, no Estado da Paraíba, no dia 15 de junho passado, das 18h20 às 19 horas. Esses



depoimentos foram denúncias de vítimas de abusos sexuais, crianças vítimas de abusos sexuais naquela cidade.

Em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

APROVADO.

Ficam classificados como sigilosos, em grau ultrassecreto, os referidos depoimentos.

Vamos à apreciação dos requerimentos.

Requerimento nº 67, de 2012, da Deputada Iracema Portella, que requer que esta CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes realize audiência pública, convidando o Sr. Jair Meneguelli para expor as ações promovidas pelo Sistema S, inclusive o Programa Vira Vida.

Em votação.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

APROVADO.

Item nº 2: Requerimento nº 68, de 2012, da Deputada Iracema Portella, que requer seja realizada audiência pública desta CPI de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na cidade de Teresina, no Estado do Piauí.

Em votação.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

APROVADO.

Eu passo a Presidência à Deputada Liliam Sá, porque os próximos dois requerimentos são de minha autoria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Requerimento nº 75, de 2012, da Deputada Erika Kokay, que requer que seja encaminhado pedido de informações à Exma. Sra. Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República sobre os dados atualizados do Disque 100 que envolvem denúncias de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes registrados em 2012.

Em votação.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

APROVADO.



Requerimento nº 77, de 2012, da Deputada Erika Kokay, que requer a esta Comissão que promova audiência e diligência para tratar dos casos de exploração sexual de crianças e adolescentes no âmbito do Distrito Federal e região metropolitana de Brasília, no Entorno.

Em votação.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

APROVADO.

Repasso a Presidência à Deputada Erika Kokay.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E dando prosseguimento, Requerimento nº 76, de 2012, da Deputada Gorete Pereira, que requer inclusão de convidados para a audiência pública no Estado do Ceará.

Em votação.

O Srs. Deputados que...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quais são os convidados?

Vamos passar para o outro item, enquanto chega a relação dos convidados.

Requerimento nº 78, de 2012, do Deputado João Campos, que solicita a realização de audiência pública em Goiânia para apurar denúncias...

Você pode passar para mim, que eu leio.

Prossigo: que solicita realização de audiência pública em Goiânia para apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual e crianças e adolescentes, conforme matéria publicada no jornal *O Popular*, no dia 27 de maio de 2012, da jornalista Carla Borges.

Em votação.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

APROVADO.

Nós vamos passar a ler, para conhecimento do Deputado Luiz Couto, os convidados: do Conselho Estadual de Direitos da Criança e Adolescente do Ceará, a Sra. Maria Conceição Nunes, Secretária-Executiva, e a Sra. Andrea Leitão, advogada; do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado do Ceará, o Desembargador Francisco Suenon Bastos Mota, Coordenador da Coordenadoria da Infância e Juventude; o Dr. Demitri Nóbrega Cruz, Secretário de Direitos Humanos



da Prefeitura Municipal de Fortaleza; a Sra. Mônica Silan de Oliveira, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Ceará; a Dra. Rita Emilia de Carvalho Rodrigues Bezerra Menezes, Juíza de Direito do Ceará; da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, o Secretário, Coronel da Polícia Militar Francisco José Bezerra Rodrigues; o Secretário-Adjunto, Coronel do Corpo de Bombeiros Militar João Vasconcelos Sousa; e o Secretário-Executivo, Aloísio Carvalho. Está...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sra. Presidente, eu queria saber, sobre os convidados, se há outros nomes que foram elencados para serem ouvidos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Já foram aprovados outros requerimentos, mas já foram aprovados.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu pergunto por que é que a Defensoria Pública está ausente desses convites.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Veja bem, aqui ela inclui a Defensoria Pública, não é? Ministério Público e Defensoria Pública.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, estão presentes tanto o Ministério Público quanto a Defensoria Pública, que ela está acrescentando aos nomes que já foram aprovados em requerimentos, porque o Deputado Padre José Linhares já fez requerimento semelhante, com nomes. e também, parece-me, o Deputado Mauro Benevides; ela está acrescentando alguns nomes aos nomes já aprovados. Esclarecido, Deputado Luiz Couto?

Então, em votação.

O Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

APROVADO.

Portanto, nós estamos com os requerimentos devidamente aprovados, e eu volto ao leito desta audiência, com a presença e as respostas da Irmã Henriqueta.

Passo a palavra, mais uma vez, à Relatora, para que ela possa fazer outros questionamentos. Em seguida, vou passar a palavra ao Deputado Luiz Couto, e em seguida para a Sra. Irmã Henriqueta, para que nós possamos caminhar para o encerramento.

Tem a palavra a Deputada Liliam Sá, Relatora.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Nós temos aqui algumas perguntas do projeto de extensão do Centro Universitário de Brasília, que é o Projeto ViraVida, que faz uma análise da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Eles fizeram algumas perguntas, para a CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que eu vou perguntar aos alunos se nós podemos encaminhar por *e-mail*, porque já está avançada a hora. Nós encaminharemos a vocês por *e-mail* essas perguntas, ainda hoje mesmo nós vamos disponibilizar essas perguntas por *e-mail*.

E para a irmã Henriqueta há uma pergunta, que é feita pelos alunos do UNICEUB, que fazem a seguinte pergunta para a senhora: a Comissão de Justiça e Paz tem alguma ação dirigida especificamente para o combate e a exploração de crianças e adolescentes?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - A Comissão integra o Comitê Estadual. As ações nós sempre procuramos fazer em conjunto com as demais instituições que compõem esse Comitê. Mas, independentemente dessas ações conjuntas, que são várias, a Comissão de Justiça e Paz tem uma ação que... Pelo fato de termos compromisso com o Estado do Pará todo, nós temos muito mais condições de atuar em algumas ações do que as outras instituições, pelo fato de elas não estarem presentes como nós estamos. Uma ação que nós temos é justamente a formação. Nós temos hoje, nos 16 Municípios do Marajó nós temos uma referência, um grupo que nós criamos, que se chama Amar a Vida, em que, após a formação dada, quando o projeto estava em execução, achamos por bem aproveitar a participação, a disponibilidade e a sensibilidade das pessoas para criar esses grupos. São esses grupos que hoje fazem várias ações nas escolas, fazem caminhadas, não é? É a caminhada que nós chamamos de... naquele dia a cidade diz "não" à exploração sexual. Além disso, hoje esses grupos, a maioria deles tornaram-se também um espaço para receber e encaminhar as denúncias para nós. Além disso, eles têm dito um olhar muito grande sobre a atuação do Conselho Tutelar, a atuação da Polícia, a atuação das competências, que depois eles nos repassam, para nós fazermos as intervenções que nos são cabíveis, não é? Graças a Deus em que todas as intervenções nós temos procurado... quer dizer, em todas



as denúncias nós temos procurado correr atrás para que as coisas melhorem. Então, essa é uma ação especificamente da Comissão de Justiça e Paz, que é esse investimento mesmo, no eixo da prevenção, favorecendo informação para as pessoas por intermédio desses grupos do Amar a Vida na Ilha do Marajó. Então, só deixei de responder uma coisa, ainda, que a Deputada me perguntou, com relação ao Suriname, não é? De que hoje de manhã eu já falei. O movimento do tráfico para o fim de exploração sexual para o Suriname e para Caiena é muito grande, é mais assustador do que nós podemos imaginar, assustador e facilitador, justamente porque, como eu dizia, as pessoas não conseguem identificar o tráfico pelo tráfico, a vítima não se reconhece como vítima, e aí o problema é sério, porque as redes criminosas são constituídas também por pessoas poderosas, não é? Muito poderosas, de que, sinceramente, hoje eu já superei o medo, mas eu sou espertinha. Eu não tenho medo mas eu tomo cuidado, porque eu sei do que essas redes são capazes. Então, eu escapo de todas as maneiras possíveis.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito bem, nós vamos apresentar um requerimento para que possamos fazer uma diligência em Suriname. Nessa região de fronteira, e em Suriname também, nós vamos contar com a sua ajuda nessa diligência.

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Deputada, eu posso propor a vocês que não só no Suriname; Suriname, Oiapoque e Caiena?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Suriname, Oiapoque e Caiena.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sra. Presidente, como nós... No Oiapoque, nós temos a competência, mas em Suriname e Caiena, como são países autônomos, o que nós podemos fazer é um requerimento, para que a Polícia Federal, em contato com a INTERPOL, possa fazer uma diligência, não é? É aquela coisa: nós não podemos ir lá fazer isso, porque estaria fora do nosso território. Então, é mais correto pedir que a Polícia Federal, em contato com a INTERPOL, possa fazer uma diligência para identificar essa situação lá.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, mas... Deputado Luiz Couto, nós vamos ver qual é a forma regimental, mas nós vamos ao Suriname. A gente vai ver qual é a forma regimental, se seria uma visita, enfim, até porque a



Comissão de Direitos Humanos desta Casa já esteve há algum tempo no Paraguai, para verificar a situação de pessoas traficadas. Enfim, nós vamos ver qual é a forma. Não sei qual é a forma. Eu entendo a preocupação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, nós... No Paraguai, normalmente, houve contato com autoridades: Ministério Público, Defensoria Pública, Governo, entidades, e tudo mais. Aí é questão de uma diligência. Mas, se nós queremos efetivamente ouvir as pessoas que estão lá, fazer isso aqui, por isso é que depende muito da...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos fazer... nós queremos fazer uma diligência.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está bom.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas a gente vê qual é a forma. A preocupação de V.Exa. é muito válida, e obviamente nós podemos ir acompanhados pelos representantes brasileiros naqueles países, e também com a Polícia Federal, a INTERPOL, enfim, os órgãos que forem necessários, para que nós possamos fazer a diligência.

Eu vou passar a palavra para o Deputado Luiz Couto, e também passo a Presidência desta audiência pública, por alguns minutos. Deputado, se quiser ficar aqui...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É melhor que eu fique olhando para a Irmã Henriqueta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, Deputado Luiz Couto, também passo a Presidência para a Deputada Liliam Sá, e passo a palavra para V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Isso. Obrigado. Em primeiro lugar, é o seguinte, Irmã Henriqueta: eu sei que a sua liberdade, a sua individualidade começou a ser ameaçada quando a senhora denunciou a prática de exploração sexual por parte de um Deputado do Pará. Esse Deputado foi preso? Encontra-se preso? Está vivo, aí, fazendo as mesmas coisas? (*Pausa.*) Não quer falar? Então...

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Foi preso, ficou respondendo em liberdade...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.



A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - ...e agora foi absolvido; o Ministério Público recorreu, foi negado, e houve novamente pedido do Ministério Público de que seja revista essa absolvição dele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito bem. Na realidade, quer dizer, como a senhora disse, o medo, às vezes... O medo é sempre a força que a gente dá ao opressor. Quando a gente tem medo, a gente está dando razão para aquele que está ameaçando a gente.

É claro que a gente tem de se defender; eu aprendi muito isso com um agricultor de Capim de Cheiro, que era uma área que estava em litígio, e eles começaram a lutar pela reforma agrária lá. Havia um senhor lá que era analfabeto, "Seu" Antônio. "Seu" Antônio que sofreu vários atentados. Teve de mandar os filhos embora, e a mulher, para ele ficar lá, na casa em que sofreu vários atentados à bala. E um dia eu perguntei para ele: "Seu" Antônio, o senhor não tem medo não? E ele, que é analfabeto, disse: "Medo nós tem, mas nós não usa". Ou seja, medo todo o mundo tem; agora, não usar é um elemento importante, transformar esse medo numa indignação, numa ação proativa de enfrentamento dessa situação de exploração sexual, que, pelo que nós verificamos, não é apenas uma ação isolada. São redes que estão ganhando dinheiro. São redes que estão lucrando a partir do sofrimento, da dor de muita gente que está lá, e que é enganada, porque na realidade são exploradas e não têm... E nesse sentido nós continuamos aqui.

Eu, quando estive lá na outra CPI que investigou, naquele momento havia diversas rotas de redes de exploração sexual, não apenas no Pará, no Amapá, mas também no Amazonas, em Roraima, enfim, todos aqueles Estados da Região Norte estavam envolvidos também nessa prática criminosa. O fato é que hoje algumas entidades que poderiam ser parceiras nossas na luta contra esse tipo de coisa muitas vezes não realizam aquilo que é da sua competência.

Eu pergunto: no Pará e no Amapá, todos os Municípios têm Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente? E o Conselho Tutelar, o Conselho Estadual, que está na sede, em Belém, que é representante de diversas entidades da sociedade civil e do Poder Executivo, ou dos Poderes? Eu pergunto: aqui a senhora falou de um conselheiro que explorava; de um outro para quem a senhora telefonou, e esse conselheiro sequer queria ouvi-la; essa realidade



dos conselheiros de defesa dos direitos da criança e do adolescente, em nível tanto estadual como municipal, e dos conselheiros tutelares, é também de uma ausência com relação a esse combate a essas redes de exploração sexual, ou há exceção?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Não, há exceção, sim. Há exceção. Nem todos têm o mesmo perfil.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas a maioria?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Na maioria são bons. São bons, são comprometidos, a maioria deles.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - São bons, não é? *O.k.*

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Até porque hoje existe uma escola, a Escola dos Conselhos, que é um projeto coordenado pela Universidade Federal do Pará que vem investindo muito na formação dos conselheiros, e que tem facilitado muito a compreensão da competência do Conselho Tutelar e a responsabilidade deles na defesa das crianças e adolescentes. Na verdade, a maioria deles ainda confunde muito, não é? O papel do Conselho Tutelar é confundido com o papel da Polícia. Aí a maioria dos conselhos tutelares, principalmente dos interiores, faz o quê? Faz o que a polícia não faz! Vão fazer ronda, dizem que vão fazer ronda, que entram nas festas para tirar as crianças. Eu já encontrei conselheira tutelar que apanhou mesmo, apanhou de adolescentes, porque foi fazer o que não deveria, não é? Mas hoje já está muito mais tranquilo isso, porque está havendo esse esforço, pela Universidade Federal do Pará, de investir na formação deles. O que o senhor me perguntou antes, que é a questão da... A primeira pergunta?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, foi um comentário mais sobre a questão... Mas de fato foi essa a questão que eu levantei. A outra é a seguinte: quando nós estivemos lá em Belém do Pará...

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - A questão das rotas, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Das rotas.

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - As rotas continuam, não é? A rede criminosa continua. Eu sempre digo: nós somos um passarinho perto de um elefante. Eu sempre digo: enquanto nós estamos.... nós



somos pequenos, e ainda não trabalhamos de forma integrada, de forma como nós deveríamos fazer, porque nós somos a rede de proteção, a rede criminosa tem uma força enorme, um poder enorme, porque, além de ser grande, ela é muito bem fortalecida em todos os níveis.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Lá na CPI do Tráfico de Pessoas a senhora disse que tráfico de drogas, tráfico de pessoas e exploração sexual têm vinculação, estão inteiramente ligados com o trabalho escravo. Poderíamos dizer também de tráfico de pessoas, tráfico de drogas e trabalho escravo também têm estreita relação com a exploração sexual que acontece naquela região?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Não há dúvida nenhuma! Não há dúvida nenhuma. Quem é traficada acaba depois caindo em situação de trabalho escravo, porque chegam a essas casas e o que é que acontece? Seus documentos são retidos. As pessoas não podem sair. Nas grandes boates em Suriname — e em outras também; não é preciso ir para o Suriname — o que é que acontece? A pessoa, quando chega lá, a primeira coisa que ela tem de disponibilizar são os documentos dela. O documento fica retido, porque ela já chega com débito. O passaporte, a passagem que chegou com muita facilidade para ela não é gratuita. Que rapidez é essa com que esse passaporte sai. Com que rapidez essa passagem chega à sua mão! E uma passagem para Suriname, de Belém para Suriname, não é barata. É cara! É cara. Mas, chegando lá, essa inocente, ou esse inocente, não tem noção do débito que já tem para pagar, e aí o débito vai-se acumulando. Aí ela fica em situação de trabalho escravo justamente por isso, porque os seus documentos são retidos, não pode sair. Não pode sair do espaço onde ela está. É aquilo que eu dizia hoje de manhã para os senhores: tem hora para descer para trabalhar, mas tem hora para subir, e se subir antes tem de pagar multa. E isso é trabalho escravo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. É isso. Nessa rede de exploração sexual, normalmente a incidência maior é de pessoas do sexo feminino. Tem crescido também o número de pessoas do sexo masculino que também são exploradas sexualmente?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Tem, tem, mas a incidência maior ainda são mulheres. São mulheres.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Há dias, ou há anos, um assessor nosso da Comissão de Direitos Humanos, Amarildo, estava investigando algumas situações de exploração sexual na região de Belém. De uma hora para outra, a gente verifica que Amarildo, juntamente com uma pessoa que era ligada à *TV Liberal*, os dois foram vítimas de um acidente até hoje não explicado, e de fato Amarildo estava investigando uma rede que fazia bingos...

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...e nos bingos, as prendas para os bingos eram adolescentes virgens, que eram colocadas ali, e disso participavam figurões da sociedade.

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Em Portel.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Hein?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Em Portel.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em Portel. Isso deixou de acontecer, ou isso ainda continua, na impunidade? Ou foi somente naquele momento?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Então, eu não posso dizer se a dinâmica dos bingos ainda é a mesma; pode ser que tenha mudado o nome; mas de que o movimento ainda continua o mesmo, disso não há dúvida nenhuma. Agora, o senhor lembrou muito bem: a morte de Amarildo até hoje não teve nem explicação, e cadê o material que Amarildo coletou todo naquela época, que até hoje nunca apareceu?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é.

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Daí, nós estamos falando, Deputada, da região do Marajó.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Com certeza. E esse material que ele tinha e que tinha comunicado que estava trazendo, quer dizer, tinha muitas informações, inclusive de uma rede de postos de gasolina que também utilizava dessa situação. E, um dia, ele perdeu a vida num acidente que parece ter sido provocado.

Outra coisa: nós estivemos lá também, em Belém, e na época nós tínhamos sinais de abuso sexual, de pai que abusou sexualmente de filha e de avô que abusava sexualmente da neta. Naquele momento, nós estivemos com o Ministério



Público, estivemos com a Defensoria Pública e estivemos também com o Judiciário. Embora naquele momento houvesse uma ação, ou seja, o Ministério Público agia, a Defensoria Pública também agia, mas havia alguma reação de partes do Executivo e também do Legislativo.

A senhora acha que essa situação toda que acontece na região tem muito a ver com a conivência, com a omissão e até com a participação de setores do poder local?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Sim. Eu já mencionei isso, não é? Na verdade, eu comecei a minha fala, falei isso de manhã e eu falo isso em qualquer local, em qualquer lugar, eu vou morrer dizendo isso enquanto nós não superarmos. Nós temos um selo naquele Estado, que se chama selo da cultura da impunidade. A impunidade tem várias razões, ela perpassa pela indiferença, ela perpassa pela conivência e pela participação, não há dúvida nenhuma, de quem deveria se responsabilizar em responsabilizar quem deve ser responsabilizado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E, para concluir, naquele momento, a gente, com uma pessoa que também era dessa luta de combate à exploração sexual, depois que terminou a audiência, ela disse: "*Quer ver onde é que estão várias dessas meninas e meninos?*" Aí nos levou para o Ver-o-Peso e nos levou para a Praça da Paz. E lá tinha policiais; e as meninas estavam sendo exploradas lá ou levadas, e nenhuma reação, ou seja, parece ser algo que é uma insensibilidade ainda na questão de a própria sociedade enfrentar essa questão. Quer dizer, os movimentos atuam, mas nós não conseguimos ainda fazer com que a sociedade perceba que, se a filha, se o filho de outras pessoas estão, um dia pode acontecer naquela relação familiar.

Esse trabalho que é feito, de conscientização por parte da Comissão de Justiça e Paz e também das entidades que combatem essa questão da exploração, que enfrentam com muito destemor, tem diminuído esses focos ou isso ainda é algo que a gente espera numa utopia, no futuro, que essas coisas possam mudar?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Não diminuiu nada, pelo contrário. Domingo retrasado, o jornal local *O Liberal*, publicou uma matéria da qual eu participei, onde eu coloquei uma grande preocupação com os



números crescentes desse crime na cidade, na capital e no interior. É alarmante, é alarmante! Eu até, no final.. E a jornalista que fez a entrevista publicou, com muita transparência, quando eu dizia que hoje... eu chamava a atenção justamente para que as famílias fiquem mais atentas, porque a maioria dos casos, nesses últimos tempos, têm acontecido no âmbito familiar, e nós sabemos que, nesse crime, a porcentagem é bem maior dentro do âmbito familiar. Mas também aconteceram crimes em espaços que nós não esperávamos que isso acontecesse. No interior, que eu não lembro agora qual foi o Município, um vigia desse espaço que é frequentado por crianças e adolescentes, o vigia violentou um dos meninos. Foi publicado também: faz pouco tempo, aconteceu a prisão de um padre também, da Diocese de Castanhal. Então, quer dizer, eu chamava atenção justamente para isso, para que as famílias fiquem mais atentas, para que elas tenham mais cuidado. Hoje é quase que impossível você confiar totalmente nos espaços que seus filhos frequentam. Então, não tem diminuído não, pelo contrário, está aumentando e muito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Terminou? (*Pausa.*)

Ai gente, ouvindo essas coisas, a gente... dá até enjoo. É tanta vergonha, tanta impunidade. Enjoa a gente saber que quem deveria proteger as nossas crianças faz, cada vez mais, uso e abuso da inocência delas. É repugnante.

Bem, não havendo mais nada a tratar nesta audiência, eu gostaria de agradecer à Irmã que esteve aqui conosco fazendo esses esclarecimentos.

Gostaria de lembrar que a Irmã ficou de enviar o vídeo para esta CPI. E vai ser de grande utilidade para a gente qualquer tipo de material que a Irmã possa fornecer para esta CPI, para que a nossa audiência naquele Estado venha a ter sucesso. Vai ser de grande utilidade para todos nós.

E quero agradecer ao Padre Couto, que fez aqui algumas também intervenções, que esclareceu muitas coisas também para a gente que está bem inteirado dentro desse assunto lá do Pará.

Eu não sabia que se fazia bingo até com as meninas lá, não é? E essa prática... Eu sabia que até eles faziam leilão na Internet, isso aí eu já até soube, mas fazer bingo, isso é uma coisa horrorosa. Fazer bingo com meninas virgens, isso é uma coisa que não entra na cabeça de um ser humano normal. Isso é coisa de pessoas doentes.



E a Irmã está dizendo que não sabe se essa prática continua. Deve continuar, mas de uma outra forma mais camuflada, porque, depois que se denuncia, eles se organizam.

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Fala no microfone, por favor.

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Eu falei que a prática não deve ser mais com esse nome, porque isso foi denunciado e foi tornado público.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E porque bingo, agora também, é proibido.

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - Mas deve acontecer de uma maneira. Mas que é lamentável você até quem participava, quem favorecia o bingo hoje ocupar cargo naquele Município, e que todos nós sabemos que deveria estar...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É verdade. Político, não é?

A SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE -... pagando pelo que cometeu.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É uma vergonha, é uma vergonha mesmo. É a cultura da impunidade. É verdade.

Então, eu quero agradecer à CNBB, agradecer aos universitários aqui presentes, à imprensa, aos assessores.

Não havendo mais nada a tratar, vou encerrar os trabalhos, mas antes informo que estão previstas audiências públicas e diligências na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, nos próximos dias 9 e 10 de julho. A do Rio de Janeiro foi transferida para o mês do agosto. Por causa da Rio+20, nós tivemos que transferir a nossa ida ao Rio de Janeiro.

Fica também convocada reunião para terça-feira, dia 3 de julho, aqui na Câmara dos Deputados, às 14h30min, para apreciação de requerimentos e audiência pública, com participantes cujos nomes serão informados posteriormente.

Agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a reunião.